

POR TRÁS DAS ORIGENS DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

<https://doi.org/10.4215/rm2021.e20022>

Alejandro Morcuende ^{a*}

(a) Doutor em Geografia. Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0350-7109>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8846925329515342>.

Article history:

Received 18 April, 2021

Accepted 01 July, 2021

Published 15 July, 2021

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNESP. Campus Presidente Prudente, Vila Santa Helena. CEP: 19060900. Presidente Prudente (SP), Brasil. Tel: (+5518) 981956690

E-mail: morcuende.gonzalez@unesp.br

Resumo

O conceito de fragmentação socioespacial vem sendo debatido há várias décadas, especialmente na América Latina. Como outros conceitos, ele foi abordado a partir de perspectivas e temas muito diferentes. Isso fez com que a fragmentação socioespacial aparecesse como um conceito polissêmico e ao mesmo tempo confuso. Com o objetivo de continuar a delimitá-la, de torná-la explicativa do presente, são analisados os tempos, os espaços e as geografias que deram origem à fragmentação socioespacial. Esta análise é baseada em três tendências: a queda do projeto moderno, a cronificação da crise capitalista e os processos de urbanização diferencial. De cada um deles emerge um atributo para explicar as origens da fragmentação socioespacial. A separação, a contradição e a homogeneização oferecem uma visão ampliada do conceito, permitindo o estabelecimento de uma rede de processos que esclarecem como e por quê uma transição se consolidou nas relações entre o espaço e a sociedade, que pode ser denominada de momento diferencial.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial, Urbanização Diferencial, Vida Cotidiana, Modernidade, Capitalismo.

Abstract / Resumen

BEHIND THE ORIGINS OF SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION

The concept of socio-spatial fragmentation has been debated for several decades, especially in Latin America. As other concepts, it has been approached from very different perspectives and themes. This has led to the socio-spatial fragmentation to be presented as a concept that is polysemic and confusing at the same time. With the double aim of making it explanatory of the current developments and continuing to delimit it, the times, spaces and geographies that have given rise to socio-spatial fragmentation are analyzed. This analysis is based on three trends: the breakdown of the modern project, the chronification of the capitalist crisis, and the differential urbanization processes. From each of these trends an attribute emerges with which to explain the origins of socio-spatial fragmentation: Separation, contradiction and homogenization offer an expanded vision of the concept, allowing the establishment of a network of processes that clarify how and why a transition has been consolidated in the relations between space and society, which can be called the differential moment.

Keywords: Sociospatial Fragmentation, Differential Urbanization, Everyday Life, Modernity, Capitalism

TRAS LOS ORÍGENES DE LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL

El concepto fragmentación socioespacial viene siendo debatido a lo largo de varias décadas, especialmente en el ámbito latinoamericano. Como otros conceptos, ha sido abordado desde muy diversos enfoques y temáticas. Esto ha llevado a la fragmentación socioespacial a presentarse como un concepto a su vez polisémico y confuso. Con el objetivo de seguir delimitándolo, para hacerlo explicativo del presente, se analizan los tiempos, los espacios y las geografías que han ido dando origen a la fragmentación socioespacial. Ese análisis se apoya en tres tendencias: la quiebra del proyecto moderno, la cronificación de la crisis capitalista, y los procesos de urbanización diferencial. De cada uno de ellos se desprende un atributo con el que explicar los orígenes de la fragmentación socioespacial. La separación, la contradicción y la homogeneización, ofrecen una visión ampliada del concepto, permitiendo establecer una red de procesos que aclaran cómo y por qué se ha consolidado una transición en las relaciones entre el espacio y la sociedad, que puede denominarse momento diferencial.

Palabras-clave: Fragmentación Socioespacial, Urbanización Diferencial, Vida Cotidiana, Modernidad, Capitalismo.

INTRODUÇÃO

O conceito de fragmentação socioespacial tem sido recorrente ao debate acadêmico na América Latina desde, pelo menos, os anos 1980. A partir de diversas portas de entrada, como a segregação socioespacial, a mobilidade, a segurança e a lógica centro-periferia, a fragmentação socioespacial assinala para a queda da unidade social e espacial com que a cidade se apresentou durante algum tempo. Embora nunca se tenha ausentado da discussão, há poucos anos, apareceu novamente nos principais periódicos de Ciências Sociais (BORSODORF, HIDALGO, 2010; KLINK, DENALDI, 2011; JIRÓN, MANSILLA, 2014), e ainda mais recentemente (DELMELLE, 2019; SPOSITO, SPOSITO, 2020; MORCUENDE, 2020; LEGROUX, 2021). Com o objetivo de continuar delimitando o conceito, amiúde confuso devido a polissemia com que é utilizado, o que aqui é apresentado, porém, são as origens da fragmentação socioespacial. Diferenciando as origens, o que ela efetivamente é, como ela se desenvolve, quais consequências ela provoca e como estas são capturadas empiricamente, se previne, de entrada, essa confusão.

Dentre todas as colocações ao debate da fragmentação, a maioria delas coincidem em apontar o surgimento de novas dinâmicas e processos a partir de 1970, que mudaram a produção espacial e a configuração social das cidades. O objeto de análise do presente texto é, assim, a correspondência de três tendências históricas que vem mudando profundamente as relações entre o espaço e a sociedade: a) a queda do projeto moderno e o advento de uma nova ordem econômica, política e social, fruto de alterações na cultura (JAMESON, 1984; HARVEY, 1989b); b) uma ordem econômica, política e social, definida pela crise definitiva do capitalismo e que será nomeada de capitalismo em crise (WALLERSTAIN, ET AL., 2013; MORCUENDE, 2018; FRASER, 2020); e c) os processos de urbanização diferencial, analisados sob a hipótese da urbanização planetária (LEFEBVRE, 1970a; BRENNER, 2014). Essas tendências históricas são aqui concebidas como o conjunto de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que dão origem à fragmentação socioespacial.

Cada uma dessas tendências, responsáveis pelas mudanças nas relações entre o espaço e a sociedade, alertam da necessidade de revisar o modo como essas relações vêm sendo estudadas, compreendidas e explicadas. A contribuição é sobre a apreensão dessas tendências coincidentes como um momento diferencial, no qual ocorreram -e continuam ocorrendo- profundas transformações do presente. A característica principal desse momento é que compassa processos no nível planetário, quando outrora esses mesmos processos eram produzidos e expressados, com ritmos e formas distintas, segundo os contextos sociais e territoriais. O que não quer dizer que aqui seja pretendida uma explicação universal, mas um enquadramento teórico-interpretativo de quando pode se falar de fragmentação e através de quais processos concretos. Assim, a argumentação situa-se na escala global, decifrando dinâmicas, e suas relações, que numa escala maior apresentam-se com especificidades, segundo os contextos espaciais e temporais.

Como contribuem essas tendências para a compreensão da fragmentação socioespacial? Com relação à queda do projeto moderno, o que há por trás é o que Guy Debord chamou de separação, isto é, um fracionamento agudizado dos compartimentos da vida cotidiana -habitar, trabalhar, lazer-, através do tempo rígido que a sociedade do consumo dirigido impõe (DEBORD, 1967). Uma separação física, social e individual. Por sua parte, o capitalismo em crise não é mais que um curto período (1970-2020) de acumulação de contradições, que resultam na máxima tensão entre o valor e a vida social, entre a reprodução do capital face à reprodução da vida (JAPPE, 2016; FRASER, 2020). Por fim, os processos de urbanização diferencial trazem, ao mesmo tempo, a possibilidade da urbanização do espaço todo, e a sua especialização por meio dos usos do solo, homogeneizando-o e diferenciando-o por partes iguais (LEFEBVRE, 1968; BRENNER, SCHMID, 2015).

Assim, a fragmentação é compreendida neste texto como um triplo movimento de separação, contradição e homogeneização, fruto do momento diferencial. Um momento extenso que é de transição nas relações entre o espaço e a sociedade, no qual se sobrepõem diversos padrões de segregação, de diferenciação, de distribuição da riqueza, de expressão de desigualdades. Afirmar que a fragmentação socioespacial media essas relações é afirmar que ela toma forma ao longo desse momento, gerando processos de destruição e criação de modos de vida, apontando para uma passagem entre uma organização concreta do mundo e outra diferente, entre um modo de explicar o estado das coisas, e outro diferente (LEFEBVRE, 1970b). Eis o porquê do adjetivo diferencial.

Estas três tendências históricas e os conceitos a elas vinculados não pretendem ser exaustivas, nem explicar o presente na sua totalidade, não é esse o objetivo do texto. No entanto, permitem se aproximar à explicação da fragmentação, a partir da exploração dos processos que lhe dão origem. Dessa forma, a fragmentação socioespacial é pensada a partir de um panorama ampliado, ao mesmo tempo que a delimitamos conceitualmente, o que apenas é possível por meio das Ciências Sociais todas. A atenção foca-se, assim, na procura dos momentos e das tendências que mudaram as relações entre o espaço e a sociedade, sob a hipótese de que a fragmentação socioespacial pode contribuir conceitualmente na compreensão presente delas.

A FRAGMENTAÇÃO COMO SEPARAÇÃO

Inicia-se a análise pela primeira das tendências que conduzem à fragmentação socioespacial: a queda do projeto moderno, que se constitui, nesta análise, como o tempo histórico do presente. Este ponto baseia-se na consideração da pós-modernidade, não como um estilo ou um conjunto de atitudes, mas como a hipótese de periodização que o crítico cultural Frederic Jameson formulou em 1984, e pela qual um conjunto de mudanças na cultura corresponde-se, ao mesmo tempo, com o advento de uma nova ordem econômica, política e social, a partir de 1950 (JAMESON, 1984).

Apesar de a queda do projeto moderno estar constituída por três movimentos, foca-se a atenção naquele que traz as características culturais do presente e sua relação com o espaço. Esses movimentos são três viradas: uma política, pela qual a ilustração e a racionalidade foram confusamente vinculadas ao capitalismo (DOMENECH, 2007), uma virada epistemológica, baseada na negação da existência de fatos constatáveis, e de verdades objetivas, com as quais orientar o debate científico, e por fim, uma virada cultural. Este último movimento permite identificar os rasgos culturais do presente, a partir de um fato que é a submissão da cultura diante do capitalismo de pós-guerra, um fato diferencial a respeito da cultura moderna que, mesmo sendo elitista e antissocial, situava-se sempre na oposição.

Nessa dinâmica geral, sobressaem três características, que são destacadas aqui pelo seu poder explicativo no debate da fragmentação socioespacial, não sendo um quadro exaustivo dos atributos culturais do presente. Em primeiro lugar, destaca-se o surgimento de um presente perpétuo, o que indica um esquecimento do tempo, na filosofia, na literatura, na arte e também nas Ciências Sociais. Se a pós-modernidade traz com ela o presente perpétuo, o problema é de historicidade, pois com a imposição da ideia do fim dos relatos e a invasão do tempo da mercadoria, o passado ficou longe, também o futuro, o que leva a que as alternativas e os projetos emancipadores de futuro, não podem ser mais pensados socialmente, baseados na experiência histórica (JAMESON, 1998).

Em segundo lugar, há a morte do sujeito. Com o fim dos relatos universais, a construção da identidade individual com um mundo único -os Baudelaire, os Joyce, entre outros- própria da estética moderna, deixou passo à estética pós-moderna centrada na imitação neutra -o pastiche- dos estilos modernos. É a contraposição entre a criação ativa de mundos próprios e a alienação contemplativa do sujeito, que apenas consegue imitar mundos alheios. O recipiente que contém todas essas imitações é o espetáculo (DEBORD, 1967). Nele, concentram-se e recriam-se todas as dimensões da vida, que vai sendo esvaziada a partir da separação do indivíduo e da sociedade, abrindo a fragmentação a partir do empobrecimento do espaço vivido, a compartimentação das dimensões da vida e a queda da unidade da vida social (JAPPE, 2016).

O resultado é, em terceiro lugar, uma metamorfose do espaço do presente e da relação social e individual com ele, todo mediado pela ruptura. Um novo espaço, caracterizado pela proliferação de espaços totais, que visam se tornar autônomos e autossuficientes, onde se encontra todo o necessário. Esses atributos permitem-lhe apresentar-se como totalmente alheios à cidade. Esta primeira característica expressa-se em graus diversos, pois existem espaços residenciais com todos os serviços no interior, o que concede autonomia plena, e outros que apenas conseguem oferecer alguns desses serviços, a maioria enquadrados no âmbito do lazer (JAMESON, 1998).

A segunda característica, que confere o atributo de “total” a esses espaços, é a rejeição com o exterior. Se a arquitetura e o urbanismo moderno impõem-se sobre a cidade realmente existente, ao mesmo tempo que realiza uma emenda utópica ao tecido urbano degradado, propondo uma transformação, a arquitetura pós-moderna não pretende nenhuma relação com a cidade, legitimando

assim a ordem existente (JAMESON, 1998). O Hotel Bonaventure de Los Angeles, que foi o exemplo analisado por Jameson para uma primeira aproximação desse novo espaço total, expressa essa posição alheia ao entorno com os seus vidros que repelem a cidade. Do mesmo modo, os muros, os controles, a segurança, não repelem, mas rejeitam a cidade, pois esses elementos não são exteriores, não fazem parte da rua, nem do espaço público.

Existe, assim, uma nova relação com o espaço interno e o espaço da cidade -os espaços públicos, a mobilidade, a fisionomia da rua, entre outros-, realizados a partir da crise do planejamento. Sem relação com o exterior, os espaços totais não contribuem para um projeto de cidade, se impondo um espaço no qual “tudo se encaixa”. Os espaços totais proliferam em todas as latitudes do planeta, com diversas formas e estilos, no âmbito residencial -espaços residenciais fechados, condomínios semiabertos de segunda residência-, no âmbito comercial e do consumo -shoppings, porém cada vez mais atingidos pelos novos padrões de consumo on-line-, no âmbito do lazer -complexos turísticos dos quais não precisa sair-, até atingir toda a vida.

As mudanças na cultura, que trazem mudanças no econômico, político e social, resultam em novos modos de vida. Não é, em grande parte, o fato de estarmos em uma transição entre a destruição de uns e a criação de outros modos de vida, o que pode se entender de processo fragmentário? Como está se dando essa transição neste primeiro ponto da arguição?

Como visto, a queda do projeto moderno, como a lógica cultural do capitalismo a partir de 1970, tem consequências na sociedade e no espaço. O conceito de separação, apresentado por Debord em 1967, permite, em primeiro lugar, compreender a fragmentação socioespacial nessa visão ampliada dela, nas dimensões física, social e individual.

A separação aponta para um fetichismo, uma inversão da vida, que se tornou um modo de vida próprio, baseado na difusão do consumo -hoje em uma completa transformação digital-, o que alguns autores nomeiam de sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1970), ou sociedade burocrática de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1968). Para Debord, o espetáculo -que não é apenas a sociedade da imagem, mas o uso do tempo nessa sociedade-, é o resultado, a sociedade invertida.

Uma separação que é concretizada em um uso rígido do tempo e do espaço, que levam para uma vida de compartimentos estancos, é o anti-cotidiano (DEBORD, 1967). Há uma primeira dimensão física da separação, relacionada com os espaços totais já mencionados. Os espaços voltados para si, nas suas funções residenciais, comerciais, ou simbólicas, são as formas de uma segregação que persiste, e que continua separando -com novos instrumentos- os diferentes grupos sociais.

Não são apenas os espaços residenciais fechados de alto padrão, mas também os grandes conjuntos habitacionais que outorgam novos conteúdos a uma periferia muito mais heterogênea, se constituem em espaços totais, dos quais, neste segundo caso, é muito difícil escapar. É bom lembrar, como em uma das primeiras colocações sobre a fragmentação socioespacial, o isolamento e a imobilidade dos mais pobres ali onde vivem, a causa do custo da mobilidade era apresentada como a causa da metrópole verdadeiramente fragmentada (SANTOS, 1990).

A separação tem também uma dimensão social, pois a distância entre os grupos não é apenas física. Com a queda das solidariedades tradicionais, em paralelo ao enfraquecimento da classe para si, foi se constituindo por um lado, uma comunidade de subsistência -o espaço banal da escassez de Santos- e, por outro, uma comunidade de iguais -com a lógica da homogeneidade social-. Uma distância social estabelecida a partir da recriação em imagens dos modos de vida alheios.

Um exemplo claro disto é encontrado nas publicidades de espaços residenciais fechados, que constroem um modo de vida em condomínio, com espaços de uso coletivo. Um modo de vida que não é mais seguido por quem ali mora. Os espaços residenciais fechados são, pois, uma imagem de um status, além das melhores condições físicas de equipamentos e segurança. Do mesmo modo, acontece com a periferia, sobre a qual se impõe uma imagem dupla, associada ao crime e o tráfico, mas também a sua romantização, vinculada muitas vezes à exploração turística; um duplo movimento que a homogeneiza, ao mesmo tempo em que a heterogeneiza, sempre classificando-a (D’ANDREA, 2020). Sobre um modo de vida e outro, vão construindo-se representações dos modos e espaços de vida, que os simplificam e que levam para “uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 1999 [1967], p. 38).

Há, por fim, uma dimensão individual da separação. Neste último nível é onde a inversão da vida

-a recriação de tudo aquilo do que a vida carece- se sofisticada. Dada a compartimentação cada vez maior da vida cotidiana, o espetáculo aparece como o elemento facilitador que dá unidade nas representações próprias e alheias. O espetáculo traz assim a alienação contemporânea, cheia dessas imitações, produzidas no presente perpétuo e na morte do sujeito antes comentadas. Se a modernidade é capaz de criar o sujeito por meio da atividade, a pós-modernidade o aliena por meio da contemplação; esse é o centro da sociedade do espetáculo. É aí que se abre a separação: o empobrecimento do espaço vivido, as áreas compartimentadas da vida e a consequente perda do aspecto unitário da sociedade.

A fragmentação pode ser entendida, em primeiro lugar, como uma separação que se dá entre um espaço total e os sujeitos -social e individual- que tem vidas contraditórias com esse novo espaço, cuja relação é também contraditória. Não é apenas que os espaços totais rejeitem ao diferente, também não se encaixam perfeitamente à vida de quem mora neles, sejam espaços residenciais fechados, periferias heterogêneas, os espaços de consumo dirigido, pois os modos de vida que estão sendo criados são apenas imitações. Um novo espaço, que vem sendo desenvolvido mais como necessidade de um capitalismo mais rentista -uma autêntica contradição- que precisava, e precisa, da venda de supostos produtos imobiliários inovadores (HARVEY, 1989b; JAMESON, 1998).

A FRAGMENTAÇÃO COMO CONTRADIÇÃO

Apesar do realismo capitalista, que faz com que seja mais fácil pensar no final do mundo do que o final do capitalismo, o sistema com o seu funcionamento atual está definido pela crise. Dito de um outro modo, a crise é um elemento crônico da economia política do mundo contemporâneo. É por essa razão que a segunda tendência do momento diferencial é a fase atual do capitalismo, nomeada de capitalismo em crise, iniciada com a contrarreforma do capitalismo na década de 1970, e a queda dos pactos sociais de pós-guerra (DOMENECH, 2004).

Parece ir contra a intuição trazer a crise capitalista para a arguição, pois embora a crise sanitária do COVID-19 tenha deixado quedas históricas nos PIB da maioria dos estados do mundo, o capitalismo parece não estar sofrendo crise nenhuma, e a recuperação é questão de tempo. Essa consideração, bem estendida, parte de uma concepção do capitalismo apenas como um sistema econômico. Assim entendido, o capitalismo passa por períodos alternados de crise e recuperação. Contudo, o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma ordem social institucionalizada (FRASER, 2020).

Se há uma crise capitalista permanente, não é apenas porque o sistema econômico capitalista mostre sinais de enfraquecimento, mas pela extenuação que mostra a própria sociedade capitalista. As contradições próprias do modo de produzir capitalista, amplamente tratadas em formas diversas ao longo da sua vida, as conduzem hoje para uma tensão maior no funcionamento do capitalismo de pós-guerra. Se assiste à uma segunda grande transformação, que compromete as condições que fazem possível a sociedade capitalista, havendo uma erosão da vida, que leva para um novo conteúdo da desigualdade (POLANYI, 1944; FRASER, 2020).

O capitalismo em crise é um conceito que permite desdobrar a crise, ao mesmo tempo, como período, como tendência e como método; elementos que conduzem à fragmentação como contradição.

A crise que, com total certeza, está desencadeando a emergência sanitária de 2020-21, reforça a inclinação à crise capitalista inaugurada em 1970. Naquele momento, iniciou-se a contrarreforma do capitalismo resultante da vitória antifascista da Segunda Guerra Mundial. Essa contrarreforma restaurou, por meio da globalização, muitas das características do capitalismo da Belle Époque (1871-1914). Entre elas, a globalização da economia, por meio da liberdade de movimentos de capitais, um sistema financeiro descontrolado, o enfraquecimento das regulamentações trabalhistas, entre outros (DOMENECH, 2004).

Desde aquela restauração, as crises têm se sucedido em diferentes partes do mundo; ainda mais, comparado com o capitalismo reformado de pós-guerra (1945-1970). Podem ser enumeradas, pelo menos, a crise do petróleo de 1973, a crise asiática de 1997, a Grande Recessão de 2007-2008, a crise da dívida europeia de 2010 e, finalmente, a crise de 2020 (TOOZE, 2018). Esta última com consequências que excederão, previsivelmente, qualquer situação previamente registrada. A crise é, portanto, um elemento que se torna crônico na economia política do mundo de 1970 até o presente; o que não quer dizer que esse elemento venha a se manifestar de formas diversas, e seja explicado, dependendo dos

contextos regionais e urbanos.

Santos divide a história do capitalismo em períodos, em que a coerência entre as variáveis do período se mantém estáveis, e as crises, que precedem e seguem a esses períodos comprometendo a coerência dos mesmos. É claro que depois de mais de 50 anos, após o advento do neoliberalismo, o período e a crise se sobrepõem, ou seja, estamos diante de um período que é uma crise (SANTOS, 2000).

Se a crise como período é circunscrita ao âmbito estritamente econômico do capitalismo, a crise como tendência centra-se no capitalismo como sociedade, e aponta já para uma visão ampliada não apenas do capitalismo, mas da crise. Segundo Fraser, o que está acontecendo é uma segunda grande transformação, semelhante à detalhada por Polanyi em 1944 (FRASER, 2020).

Como nos séculos XVIII e XIX, hoje a crise se abre nos três mercados cujos objetos de intercâmbio não podem ser considerados mercadorias, pois elas não foram criadas para serem vendidas em um mercado especializado: terra, trabalho e dinheiro (POLANYI, 1944). Aqui é que se entende porque a tendência é a contradição, pois “postular que trabalho, terra e dinheiro podem ser intercambiados como mercadorias ordinárias equivale a supor que a sociedade toda pode se tornar um puro conjunto de mercadorias” (FRASER, 2020, p. 37).

O sistema capitalista apoia-se sobre esses três elementos para sua sobrevivência. No entanto, a inevitável tendência à autoexpansão do capital leva a erosão desses três elementos, tornando-se pontos de contradição e crise. Assim, a crise tem um reflexo numa economia especulativa e financeirizada, que explora cada vez mais os recursos da população em forma de renda. Tem também uma dimensão ecológica, que tem emergido na sua forma mais violenta com a pandemia do Covid-19, somando-se à dificuldade ao acesso de recursos básicos por grande parte dos povos do mundo, e os problemas de contaminação e destruição do planeta. Por fim, a atual crise tem também uma dimensão na reprodução social, nos trabalhos que sustentam a subsistência e a existência das pessoas (BHATTACHARYA, 2017; FRASER, 2020). Todas elas fazem com que “a crise que enfrentamos hoje é uma crise da vida como a conhecemos” (ARRUZZA, FRASER, BHATTACHARYA, 2019, p. 131).

A contradição fundamental é, assim, entre a tendência à autoexpansão do capital e a vida social, pois a primeira erode as condições de possibilidade do capital, que são a terra, a força de trabalho e o dinheiro, abrindo cada vez mais áreas da vida para o mercado. O atual debate entre economia e vida, entre tomar ou não medidas restritivas da atividade e dos movimentos da população para controlar o espalhamento do vírus, são uma boa mostra dessa contradição.

Entender, neste segundo ponto da arguição, a fragmentação socioespacial como uma contradição, permite estabelecer o lugar que a reprodução da vida ocupa nesta fase do capitalismo em crise (FERGUSON, 2020). A reprodução social é aquele conjunto de atividades -assalariadas ou não- de criação de pessoas em condições materiais, sociais e culturais, imprescindíveis para o processo de produção, e subordinado a ela (FRASER, 2020). Essa é a contradição que aqui é destacada, pois, “ao lançar um grande ataque à reprodução social, está tornando essa condição primordial para a acumulação de capital um ponto crítico importante nas crises capitalistas” (FRASER, 2020, p.22). Esse ataque outorga um novo conteúdo à desigualdade, sendo que a fragmentação traz não tanto como uma questão de quantidade -mais desigualdade-, quanto de qualidade. A fragmentação como contradição aponta, assim, para uma tendência à erosão da vida social.

Como consequência do exposto até o momento, uma última consideração é precisa: a crise é, em terceiro lugar, um elemento de método para as Ciências Sociais que visem alumbrar a mudança social do presente. Só é possível construir uma Economia Política estabelecendo a crise e a visão ampliada do capitalismo, como elemento central dela. Qualquer projeto, trabalho ou reflexão sobre as atuais relações entre o espaço e a sociedade, mediadas pela fragmentação, precisa de um ponto de vista claro e certo sobre a crise capitalista atual.

A FRAGMENTAÇÃO COMO HOMOGENEIZAÇÃO

Por fim, são abordadas as transformações na produção espacial. Quais são e como explicar as mudanças mais recentes da urbanização? Sobre a proposta de Brenner e Schmid (2015), a urbanização é contemplada a partir dos seus três momentos constituintes, que coexistem e complementam-se. O

primeiro é a urbanização concentrada, caracterizada pela concentração de pessoas, capital, conhecimento, entre outros, na aglomeração; está centrada, portanto, nas cidades e nas metrópoles. O segundo momento é o da urbanização estendida, que operacionaliza, através de novas formas de urbanização, lugares e territórios além da aglomeração, porém em relação com ela; por exemplo, as áreas de influência das metrópoles, as cidades médias, as redes de infraestruturas, entre outros. A urbanização diferencial é o último desses momentos, que sob uma lógica de inovação e obsolescência das formas urbanas, acelera e deprime os espaços, superando uma concepção da urbanização apenas como crescimento ou expansão da cidade (BRENNER, SCHMID, 2015).

Para a explicação da fragmentação como homogeneização, a atenção foca-se nesse último momento diferencial. Se os processos de concentração e extensão se deram, e se dão, em ritmos diferentes segundo os lugares, a urbanização diferencial vem a harmonizá-los no nível planetário, articulando as formas concentradas e estendidas da urbanização, salientando o caráter diferencial pela sobreposição dessas formas, ao mesmo tempo em que as destrói criativamente. É uma harmonização fruto das outras duas dinâmicas do momento diferencial, onde convergem, assim, a queda do projeto moderno e o capitalismo em crise.

A urbanização diferencial, carece ainda de uma teorização e empiricização robustas. Quais são, então, os atributos que outorgam o caráter diferencial? Com o intuito de avançar nesses exercícios teóricos, apontam-se três dinâmicas observadas em diversas escalas e lugares, que podem ajudar na concretização e compreensão dos processos de urbanização diferencial:

a) Implosões-explosões: a urbanização própria do capitalismo em crise caracteriza-se, em primeiro lugar, por um impulso à reestruturação constante, sob a lógica da inovação e a obsolescência. A concreção desse impulso é a metáfora lefebvriana das implosões-explosões, entendidas as primeiras como os movimentos de concentração de população, objetos, capital, ideias, entre outros, na aglomeração, e as segundas, como movimentos de projeção de fragmentos, cujo objetivo é a operacionalização de territórios além da aglomeração (LEFEBVRE, 1970a). A urbanização diferencial define-se, na dimensão das práticas espaciais, como “pressões recorrentes para destruir criativamente geografias herdadas de aglomeração e paisagens operacionais associadas” (BRENNER, SCHMID, 2015, p. 171), isto é, a destruição criativa do momento concentrado e estendido da urbanização.

Hoje, processos de implosões-explosões vem ocorrendo tanto nas metrópoles, quanto nas suas hinterlândias. Pensa-se nas áreas de ocupação por diferentes grupos sociais de espaços vazios -ou esvaziados- nos tecidos urbanos consolidados, habitualmente centrais -implosão-, e o espalhamento de shoppings, residenciais fechados, conjuntos habitacionais, e outras infraestruturas além dos tecidos e dos perímetros urbanos -explosões-, responsáveis pela reestruturação e heterogeneização de antigas e novas periferias nas últimas décadas. Ou mais recentemente, com as mudanças que a pandemia do Covid-19 trouxe no âmbito comercial e nas cadeias de distribuição, que levam para uma mudança nos usos de comércios que passaram a albergar armazéns em vez de atividades comerciais -implosão-, em paralelo à proliferação de plataformas e centros logísticos que vem reestruturando não apenas o setor comercial da economia -explosão- (ARBOLEDA, 2018).

b) Crise do planejamento e as regulações territoriais: amiúde o planejamento urbano praticado na atualidade, é analisado pelo passo do planejamento como competência exclusiva do poder público, a uma mais compartilhada gestão da questão urbana, especialmente através das colaborações público-privadas. Essa passagem está guiada por uma nova corrente metropolitana, pela qual o planejamento urbano deve estar orientado à renovação urbana e grandes projetos (HARVEY, 1989a; BRENNER, 2018). Essa orientação está protagonizada por redes de agentes que pretendem a, cada vez maior, extração de renda da terra e do solo (WOOD, 2016 [1998]). Incorporadoras, imobiliárias, construtoras, e distintos lobbys, fazem parte dessas redes, as quais são auxiliadas, grande parte das vezes, pelo poder público, que não pode se resistir à promoção de mecanismos de gestão dessa destruição criativa, que hoje orienta a urbanização diferencial (BRENNER, SCHMID, 2015). Em frente, coletivos sociais e movimentos políticos, cada vez mais voltados para as lutas da subsistência -habitação, acesso à energia, água, entre outros-, também atuam na produção do espaço.

Essa passagem do urbanismo abrangente do Estado para o urbanismo neoliberal, leva ao total domínio da lógica do “arranjo espacial” que, ao lado das tímidas alternativas como o urbanismo tático, tornam impossível qualquer tipo de planejamento para a resolução dos múltiplos e variados problemas

que a questão urbana traz hoje. O resultado é, pois, uma crise do planejamento urbano, um vazio estratégico e propositivo em que “tudo se encaixa”. Há muitos exemplos nos processos recentes de urbanização de muitas periferias. Por exemplo, a implantação de novos produtos imobiliários, como os espaços residenciais fechados, ao redor dos quais há uma falta sensível de condições básicas da urbanização -iluminação, calçadas, ruas com muros aos seus dois lados, entre outros-, lembrando a ideia já exposta do espaço total voltado para o seu interior.

c) Conflito campo-cidade: por fim, o caráter diferencial, aponta hoje para uma intensificação da contradição campo-cidade, e até para sua superação. Essa é a terceira característica dos processos urbanizadores próprios do momento diferencial. Se assiste a um aprofundamento da submissão do campo à cidade das origens do modo de produção capitalista, que hoje se apresenta mais como sua assimilação. Por trás há uma fronteira urbana orientada por uma divisão social do trabalho atualmente focada na agroindústria, a reestruturação da mineração e das indústrias, e um desenvolvimento das infraestruturas e as plataformas logísticas (ARBOLEDA, 2018; ASTEGIANO, 2020). A mecanização do campo, a destruição dos trabalhos agrícolas tradicionais, a proliferação de infraestruturas, o turismo em espaços supostamente selvagens, entre muitos outros, são algumas das concreções dessa assimilação.

Contradição campo-cidade e divisão social de trabalho são, em consequência, as variáveis inovadoras da diferenciação espacial, pois o território todo se tornou suscetível de ser urbanizado, homogeneizando-o ao mesmo tempo que aumenta sua diferenciação e especialização. Assim, esta superação é uma das mais fundamentais expressões da presente crise, na sua dimensão ecológica, e soma-se aos sintomas já descritos que apontam para uma nova fase da sociedade capitalista (FRASER, 2020).

CONCLUSÕES

Explicado o momento diferencial, o mais relevante para ser exposto como primeira consideração final é a necessidade de refletir sobre os tempos históricos, sociais e individuais, e os espaços e as geografias, que dão forma à fragmentação socioespacial. Como dito, o momento diferencial é uma fase de transição, de profundas transformações, no qual se sobrepõem diversos paradigmas ao respeito da organização social e da produção espacial. Se é diferencial, é porque uns paradigmas parecem estar deixando passo a outros, em uma passagem que atinge mais de cinco décadas.

A passagem de um padrão de segregação próprio do centro-periferia -centro para os ricos, periferia para os pobres-, para relações espaço-sociedade fragmentárias, por exemplo, não se dá por meio de um conjunto de rupturas totais, mas de mudanças de amplo alcance. Sendo, o momento diferencial, uma fase que dá origem à fragmentação socioespacial, o relevante não é a procura de novos elementos, mas de tendências que esbarram, umas, ou se reforçam, outras, ao longo desses cinquenta anos. Destaca-se, neste sentido, que as três tendências analisadas há pelo menos, cinco décadas, que estão presentes em diversos pontos do mundo, sejam os espaços totais, ou os processos de explosão das periferias, a modo de exemplo.

As tendências esmiuçadas ao longo do texto, tem sido propostas como esquema analítico, a partir do qual podem ser compreendidas essas mudanças de amplo alcance. A segunda consideração é, pois, que esses três pontos de apoio ajudam a desenhar uma malha de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, que se entrecruzam em diversas escalas, esclarecendo como e porque há uma transição nas relações entre o espaço e a sociedade.

Um conjunto de relações que hoje, podem ser denominadas de fragmentárias, em primeiro lugar, porque vai se impondo uma lógica cultural e uns espaços totais, que geram distâncias físicas, sociais e individuais, baseadas em uma contração dos espaços públicos e privados, e a consequente reclusão neles dos distintos âmbitos da vida cotidiana (JAMESON, 1998; CALDEIRA, 2000; SPOSITO, GOES, 2013). A fragmentação como separação sublinha, deste modo, o processo de destruição e criação de modos de vida, por meio, fundamentalmente do consumo (CARRERAS, MARTINEZ-RIGOL, MORCUENDE, 2020). A vida cotidiana torna-se, neste ponto, o objeto de análise privilegiado, pois nela se expressam as diversas separações em cada um dos âmbitos do cotidiano.

Em segundo lugar, porque a crise, como elemento crônico da sociedade capitalista, leva para uma

contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida (PEREZ, 2014). A fragmentação como contradição, aponta para o ataque à reprodução social que o capitalismo em crise traz, outorgando novos conteúdos a desigualdade. Assim, a reprodução social torna-se aqui o elemento central, como meio para a análise das mudanças que as formas e os conteúdos da desigualdade apresentam nas últimas décadas.

Por fim, porque os processos de urbanização diferencial em andamento, caracterizam-se pela produção de diferenciação em distintos níveis. A superação da contradição campo-cidade leva à superação, ao mesmo tempo, da diferenciação tradicional urbano-suburbano-rural, no nível global. No nível do Estado, a diferenciação se concretiza em usos do solo e funções que vem mudando fortemente nas últimas décadas. E, por último, é no nível da vida cotidiana que aparece a diferenciação social, manifesta na estrutura de classes, expressada além do assalariado, e necessariamente atrelada à raça e ao gênero (WRITGH, 2015; BHATTACHARYA, 2017). A fragmentação como homogeneização, assinala para processos de urbanização que, homogeneizando vem superando as diferenciações tradicionais, e especializando o território todo, sem exceção.

TENDENCIA DO MOMENTO DIFERENCIAL	DIMENSÃO DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	OBJETO DE ANÁLISE
Queda do projeto moderno	Separação	Vida Cotidiana
Capitalismo em crise	Contradição	Reprodução Social
Urbanização diferencial	Homogeneização	Diferenciação socioespacial

Figura 1 - Esquema analítico. Fonte: elaboração própria.

A correspondência histórica, e os abundantes entrecruzamentos, entre separação, contradição e homogeneização, permitem delimitar uma proposta de em quais termos, pode ser pensada a fragmentação socioespacial. O termo aqui apresentado propõe uma visão ampliada da fragmentação socioespacial, entendida como produto de tendências históricas entretidas, constituindo esse momento diferencial de transição, que se expressam na vida cotidiana, na reprodução social e nos processos de diferenciação em diversas escalas.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi viabilizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Número de processo: 2019/04385-0)

REFERÊNCIAS

- ARBOLEDA, M. Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile. *Investigaciones Geográficas*, 56, 3-26, 2018.
- ARRUZZA, C.; FRASER, N.; BHATTACHARYA, T. Notas para un manifiesto feminista. *New Left Review*, 114, 2019.
- ASTEGIANO, N. Objetos técnicos en la agricultura moderna: de la individuación al medio. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 181-202, 2020.
- BAUDRILLARD, J. *La société de consommation*. Paris, Éditions Idées/Gallimard, 1970.
- BHATTACHARYA, T. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BORSODORF, Axel; HIDALGO, Rodrigo. From Polarization to Fragmentation. Recent Changes in Latin American Urbanization. In: VAN LINDERT, P; VERKOREN, O. (eds.) *Decentralized Development in Latin America: Experiences in Local Governance and Local Development*. GeoJournal Library 97,

2010.

BRENNER, N. *Implosions-Explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.

BRENNER, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2018, 356 p.

BRENNER, N.; SCHMID C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19: 2-3, 151-182, 2015.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000, 400 p.

CARRERAS, C.; MARTÍNEZ-RIGOL, S.; MORCUENDE, A. Afterword. The Consumer's Society in the Era of the Postglobalization. *Bollettino della Società Geografica Italiana. Serie 14, 3 Special Issue*: 183-194, 2020.

D'ANDREA, P. 40 ideias de periferia. história, conjuntura e pós-pandemia. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

DEBORD, G. *La sociedad del espectáculo*. Paris: Editions Gallimard, 1999 [1967].

DELMELLE, E.C. The Increasing Sociospatial Fragmentation of Urban America. *Urban Sci.* 2019, 3, 9. <https://doi.org/10.3390/urbansci3010009>

DOMENECH, A. *República y socialismo también para el siglo XXI*. Sin Permiso Nº1, 2004.

DOMENECH, A. *Izquierda académica, democracia republicana e Ilustración. Diálogo con un estudiante mexicano de filosofía*. Sin Permiso, 2007.

FERGUSON, S. *Women and Work. Feminism, Labour and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

FRASER, N. *Los talleres ocultos del capital. Un mapa para la izquierda*. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: the Transformation in Urban Governance. In: *Late Capitalism. Geografiska Annaler, series B, Human Geography*, 71(1), p.3-17, 1989a.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity: An Inquiry Into the Origins of Cultural Change*. London: Basil Blackwell, 1989b.

JAMESON, F. *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*. Oxford: New Left Review, 1984.

JAMESON, F. *The cultural turn*. London: Verso, 1998.

JAPPE, A. *Las aventuras de la mercancía*. Logroño: Pepitas de calabaza, 2016.

JIRON, P.; MANSILLA, P. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago de Chile. *Eure*, vol.40, n.121, p.5-28, 2014.

LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, H. *La Révolution urbaine*. Paris: Anthopos, 1970a.

LEFEBVRE, H. *Manifeste différentialiste*. Paris: Éditions Gallimard, 1970b.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. *Caminhos de Geografia*, v. 22, n. 81, 2021.

MORCUENDE, A. Interpreting sociospatial fragmentation, differential urbanization and everyday life: a critique for the latin american debate. *GEOgraphia*, vol: 22, n. 49, 2020.

PEREZ, A. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*.

Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

POLANYI, K. The Great Transformation. Boston: Beacon Press, 1944.

SANTOS, M. Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Ed. Record, 1990.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. São Paulo: Ed. Record, 2000.

SPOSITO, M.E.B.; GOES, E. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, v.1., 2013, p.365.

SPOSITO, E.; SPOSITO, M.E.B. Fragmentação socioespacial. Mercator, v. 19, e19015, 2020.

TOOZE, A; Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World. London: Allen Lane and New York: Viking. 2018.

WOOD, E. M. Los orígenes agrarios del capitalismo. Monthly Review. Selecciones en castellano, 3ª época, nº2, 2016 [1998].

WRIGHT, E. O. Understanding Class. London: Verso, 2015.